

RECURSO ESPECIAL Nº 1.753.153 - SP (2018/0173184-9)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : ELIZABETH ROSA DOS SANTOS
RECORRENTE : GENY RIBEIRO VIRGILI
RECORRENTE : SELMA APARECIDA MARTINS
RECORRENTE : RUTE MACHADO DE ALCANTARA
RECORRENTE : SOPHIA DOS ANJOS FERNANDES LAPACHINSKE
RECORRENTE : GLADYS CLAUDIA DE AGUIAR
RECORRENTE : CZARINA AUGUSTA DANTAS
RECORRENTE : MARLI MAZZALI
RECORRENTE : DONIZETI APARECIDO MONTANHINI
RECORRENTE : CELSO APARECIDO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006
FERNANDO MIL HOMENS MOREIRA - DF048957
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRENTE : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR : LIGIA PEREIRA BRAGA VIEIRA - SP143578

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. PARCELAS PRETÉRITAS. TRÂNSITO EM JULGADO. NECESSIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. "É necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença em Mandado de Segurança Coletivo para o ajuizamento da ação de cobrança pretendendo o recebimento de parcelas pretéritas" (REsp 1.764.345/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/11/2018).
2. Juízo a respeito da ocorrência ou não do trânsito em julgado da ação coletiva demandaria incursão no conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.
3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

